

MENSURANDO O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS: UMA DESCRIÇÃO CRÍTICA DO IDHM, IFDM E IPRS

Julio Cesar Bellingieri

Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, São Paulo, Brasil

E-Mail: julio@asbyte.com.br

Resumo

O trabalho faz uma descrição crítica dos três principais índices que medem o desenvolvimento dos municípios paulistas, sob o paradigma do desenvolvimento humano: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). O conceito de desenvolvimento variou ao longo do tempo: desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano etc. Esse caráter mutável, subjetivo e multidimensional do desenvolvimento inviabiliza a criação de um índice perfeito para medi-lo. O trabalho revela que existem muitos índices de desenvolvimento municipais, cada um deles construído a partir da combinação de uma grande variedade de indicadores sociais, econômicos, ambientais, institucionais etc. Mas defende que, apesar de suas limitações e imperfeições, os índices IDHM, IPRS e IFDM, que contemplam as mesmas dimensões-chave da qualidade de vida (riqueza, educação e saúde), interpretados conjuntamente, são as melhores medidas possíveis do desenvolvimento dos municípios paulistas.

Palavras-Chave: Índice de desenvolvimento; Município; IDHM; IFDM; IPRS.

MEASURING THE MUNICIPALITIES' DEVELOPMENT IN THE STATE OF SÃO PAULO: A CRITICAL DESCRIPTION OF THE IDHM, IFDM, AND IPRS

Abstract

This work provides a critical description of the three main indexes that measure the development of the municipalities in the state of São Paulo under the human development paradigm: the Municipal Human Development Index (IDHM), Firjan Index of Municipal Development (IFDM) and São Paulo Index of Social Responsibility (IPRS). The concept of development has varied over time: development as a synonym for economic growth, sustainable development, human development etc. This mutable, subjective and multidimensional nature of development makes the creation of a perfect index to measure it impossible. This work reveals that there are several indexes of municipal development, and each of them was created from the combination of a great variety of social, economic, environmental, and institutional indicators, among others. However, it is argued that despite its limitations and imperfections, when the indexes IDHM, IPRS and IFDM, which deal with the same key dimensions in quality of life (wealth, education and health), are interpreted together, they are the best possible measures of the municipalities' development in the state of São Paulo.

Keywords: Development index; Municipality; IDHM; IFDM; IPRS.

MEDICIÓN DEL DESARROLLO DE LOS MUNICIPIOS PAULISTAS: UNA DESCRIPCIÓN DE CRÍTICA DEL IDHM, IFDM E IPRS

Resumen

El trabajo es una descripción crítica de los tres índices principales que miden el desarrollo de los municipios paulistas, bajo el paradigma del desarrollo humano: el Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDHM), el Índice Firjan de Desarrollo Municipal (IFDM) y el Índice Paulista de Responsabilidad Social (IPRS). El concepto de desarrollo ha cambiado con el paso del tiempo: el desarrollo como sinónimo de crecimiento económico, el desarrollo sostenible, el desarrollo humano etc. Este carácter cambiante, subjetivo y multidimensional hace que sea imposible crear un índice perfecto para medirlo. El trabajo revela que hay muchos índices de desarrollo municipales, cada uno de ellos construido a partir de la combinación de una amplia gama de indicadores sociales, económicos, ambientales, institucionales etc. Sin embargo, sostiene que, a pesar de sus limitaciones e imperfecciones, los índices IDHM, IFDM e IPRS, que incluyen las mismas dimensiones clave de la calidad de vida (riqueza, educación y salud), leídos en conjunto, son las mejores medidas posibles de desarrollo de los municipios paulistas.

Palabras-clave: Índice de desarrollo; Municipio; IDHM; IFDM; IPRS.

Introdução

Este trabalho trata da temática da mensuração do desenvolvimento, por meio de índices, sob uma perspectiva municipal.

Segundo Jannuzzi (2004), um índice pode ser definido como um indicador composto (ou indicador sintético), resultado da aglutinação de dois ou mais indicadores simples, de uma mesma ou de diferentes dimensões da realidade.

No Brasil, a partir da década de 1990, e mais significativamente a partir dos anos 2000, tem havido crescente interesse pela construção de índices de desenvolvimento de municípios. Quatro fatores contribuem para isso: 1) o aumento da procura por informações para a formulação de políticas públicas municipais (JANNUZZI, 2002); 2) as mudanças no paradigma do desenvolvimento e o alargamento do seu significado, com a incorporação de adjetivos, como sustentável, humano, etc., que estimulam a construção de índices adaptados a esses paradigmas; 3) a emergência das teorias do desenvolvimento endógeno (BENKO, 2001; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001), a partir da década de 1980 (segundo as quais o desenvolvimento não seria determinado pelas políticas de planejamento oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao território), que valorizam cada vez mais o local (a cidade, a região) nos estudos sobre desenvolvimento; 4) a proliferação e a interiorização de programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento no Brasil, com o consequente aumento de pesquisas sobre cidades/municípios.

Pelo próprio caráter subjetivo, multidimensional e mutável do conceito de desenvolvimento, medi-lo é sempre uma tarefa complexa e incompleta. Alguns autores, como Veiga (2010), questionam os esforços de se mensurar o desenvolvimento por meio de índices. Jannuzzi (2002), por exemplo, defende que sistemas abrangentes de indicadores, que contemplam as múltiplas dimensões do desenvolvimento, são preferíveis aos índices enquanto instrumentos analíticos para os formuladores de políticas.

Por outro lado, índices podem ser vantajosos por sua simplicidade, objetividade, capacidade de síntese e utilidade em termos de comunicação, principalmente quando se necessita de uma avaliação geral ou de uma comparação entre níveis de desenvolvimento de diferentes localidades.

Assim sendo, este artigo tem o objetivo de fazer uma descrição crítica dos principais índices que se propõem a medir o desenvolvimento dos municípios do Estado de São Paulo, apontando suas virtudes, imperfeições e limitações. São o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Alicerçados no paradigma do desenvolvimento humano, os três índices têm metodologia já consolidada e estão entre os de maior credibilidade e alcance acadêmico, político e popular.

O artigo é descritivo, efetuado por meio de pesquisa bibliográfica a partir de consultas aos sites dos órgãos responsáveis pela construção dos índices e a autores que tratam da mensuração do desenvolvimento, em uma abordagem qualitativa.

O artigo divide-se em quatro partes. A primeira trata de como o conceito e a mensuração do desenvolvimento variaram ao longo do tempo. A segunda parte apresenta as propriedades desejáveis dos indicadores. A terceira faz uma revisão sobre índices de desenvolvimento de municípios no Brasil, que detalha os três principais índices que medem o desenvolvimento dos municípios paulistas. A quarta parte destina-se às considerações finais, em que é feita uma análise acerca das qualidades e das imperfeições desses índices.

Evolução do conceito de desenvolvimento e de sua mensuração

O que é o desenvolvimento? Conceito, ideia, paradigma, visão, ilusão, utopia, mito, ideologia? Sinônimo de progresso, prosperidade, crescimento, industrialização, modernização, avanço tecnológico? Segundo Sachs (2008, p. 25), a “sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio”, e, “como seria de se

esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

Alguns autores, como Escobar (2007) e Esteva (2000) consideram o discurso de posse do presidente dos EUA, Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, a inauguração do desenvolvimento enquanto conceito ideológico, quando ele se referiu a áreas subdesenvolvidas. A partir daí, fundou-se a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e preconizou-se a “necessidade” de os países subdesenvolvidos almejarem o modelo de desenvolvimento dos países industrializados, para o que deveriam adotar políticas voltadas ao crescimento econômico e à industrialização.

Assim, o desenvolvimento era determinado pela industrialização, e era sinônimo de crescimento econômico, medido por um indicador de atividade econômica, o PIB per capita (LATOUCHE, 2000).

Mas, já a partir da década de 1960, houve uma guinada nos estudos sobre desenvolvimento, de uma abordagem centrada exclusivamente no padrão de vida, associado ao nível de consumo, para uma abordagem que enfatizava os indicadores sociais, levando também em conta o bem-estar da população (VITTE et al., 2002). Nas décadas de 1960 e 1970, já se pode considerar a existência de um conceito de desenvolvimento social (ou socioeconômico), com ênfase na questão da pobreza.

Mas foi a emergência da problemática ambiental, no final dos anos 60 e início dos 70, a responsável pela primeira grande mutação do conceito de desenvolvimento. Sachs (2000) explica que, depois do entusiasmo pelo crescimento econômico das décadas de 40 e 50 e da descoberta das necessidades básicas nos anos 60, a sobrevivência do planeta, a partir dos anos 70, tornou-se o novo frenesi do desenvolvimento.

Assim, em 1973, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, definido pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente, como o “desenvolvimento em níveis local e regional [...] consistentes com os potenciais da área envolvida, dando-se atenção ao uso adequado e racional dos recursos naturais e à aplicação de estilos tecnológicos” (NOBRE; AMAZONAS, 2002, p. 35).

Mas, como o conceito pressupunha a estagnação voluntária do crescimento econômico como forma de atenuar as agressões contra o ambiente, ele não teve boa aceitação, abrindo caminho para o surgimento e a consolidação, a partir de 1987, do paradigma do desenvolvimento sustentável, que preconizava o crescimento econômico

como forma de se reduzir a pobreza, e, por consequência, os problemas ambientais (SACHS, 2000).

Veiga (2010) considera o desenvolvimento sustentável a nova utopia, o novo paradigma do século XXI, que substituiria o velho industrialismo do século XX.

Em 1996, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) publicou o *Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies*, conhecido como Livro Azul, que atualmente baseia o desenvolvimento sustentável em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional, englobando um conjunto de 50 indicadores essenciais e 46 indicadores acessórios (INDICATORS..., 2007).

Existe uma infinidade de indicadores, desde os que se contentam em mostrar sistemas de indicadores (dashboards), como o caso do Livro Azul da CDS, até os que se propõem a agregá-los em algum indicador sintético ou índice, como, por exemplo, a Pegada Ecológica (Ecological Footprint – EF).

No entanto, diversos autores, entre os quais Veiga (2010), reconhecem a dificuldade de se mensurar o desenvolvimento sustentável, dada a grande variedade, heterogeneidade, ambiguidade e subjetividade dos seus indicadores. “Se o próprio desenvolvimento tout court já não pode ser representado por um único número, o que dizer, então, sobre o desenvolvimento sustentável?” (VEIGA, 2010, p. 174).

Em fins da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, dedicava-se à criação de um indicador sintético que representasse, por si só, o desenvolvimento. Em 1990, foi lançado o Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, o qual, inspirado nas contribuições teóricas de Sen (2000), defende que o crescimento da riqueza econômica não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos, entre elas um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1990).

Neste relatório, é lançado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) –calculado a partir de três indicadores, relacionados à renda, saúde e educação –, que se tornou uma medida de desenvolvimento bastante aceita, adaptada por muitos países para uso nacional, inaugurando e institucionalizando, assim, o paradigma do desenvolvimento humano.

Já a partir dos anos 2000, inspirados em estudos que revelaram discrepâncias entre a riqueza material e a percepção de bem-estar da população, alguns autores, como Veenhoven (2000), têm defendido que indicadores objetivos não seriam suficientes para

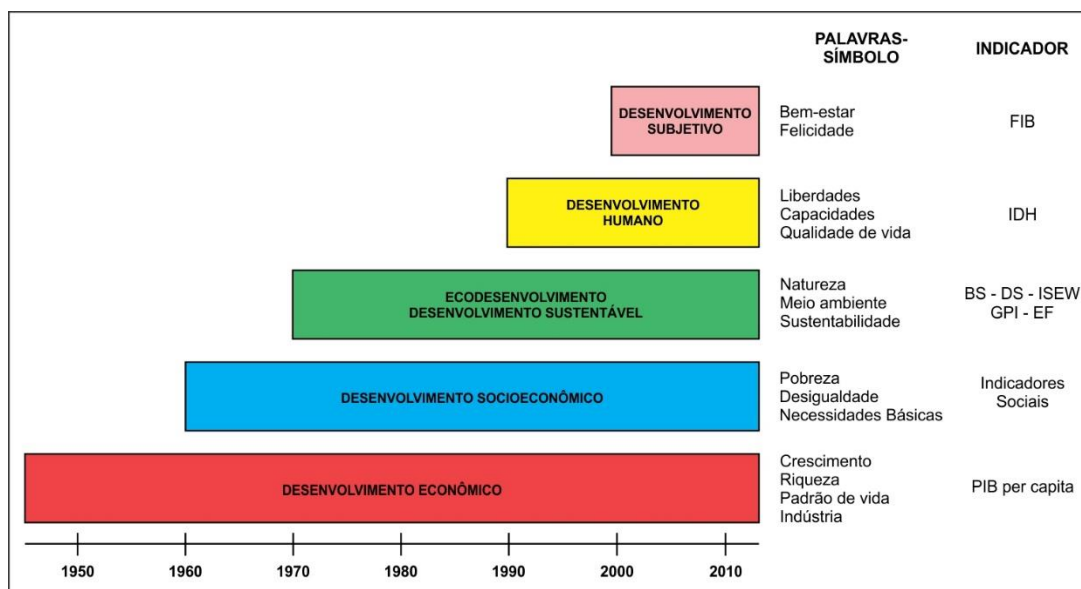
tratar de questões como a qualidade de vida de uma população. Propõem, assim, o uso de indicadores subjetivos para se medir bem-estar e, por consequência, desenvolvimento.

Em 2005, o governo do Butão construiu o índice para o Gross National Happiness (GNH), conceito criado em 1972 naquele país. No Brasil, o GNH foi denominado de Felicidade Interna Bruta (FIB). O índice leva em conta 124 variáveis, agrupadas em 33 indicadores, dentro de nove dimensões, respondidas de acordo com as percepções dos indivíduos, por meio de questionários aplicados (URA et al., 2012). Também, em 2008, o governo da França organizou a Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, que adotou o bem-estar subjetivo como uma das dimensões da qualidade de vida (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

Inaugurou-se assim um novo paradigma do desenvolvimento: o desenvolvimento subjetivo, medido por meio das próprias declarações dos indivíduos em relação à satisfação com as dimensões de suas vidas.

A Figura 1 sintetiza a evolução do conceito e da mensuração do desenvolvimento ao longo do tempo, além das palavras-símbolo que o representam em cada período.

Figura 1: Evolução do conceito e da mensuração do desenvolvimento no mundo



Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar que o surgimento de novos conceitos (e indicadores) de desenvolvimento não significa que os anteriores foram abandonados e substituídos. Pelo

contrário, existe uma superposição deles, de modo a coexistirem atualmente vários paradigmas de desenvolvimento.

Propriedades desejáveis dos indicadores sociais

Nesta parte, descrevem-se as propriedades desejáveis dos indicadores, segundo Jannuzzi (2004), que serão úteis para as considerações finais:

- a) Relevância social. Os indicadores são historicamente determinados, surgem da necessidade de se mensurar aspectos da realidade que a sociedade enxerga como relevantes ao longo de sua trajetória. Em outras palavras, um indicador é relevante se a temática a que ele se refere for relevante;
- b) Validade de constructo. Trata-se do grau de proximidade entre o conceito e a medida, ou seja, é a capacidade de o indicador refletir o conceito abstrato a que se propõe medir. Por exemplo, para se medir o nível de pobreza de uma população, tem mais validade o percentual de famílias com renda abaixo de um salário mínimo, do que a renda per capita;
- c) Confiabilidade. Está relacionada à qualidade do levantamento dos dados usados no cômputo do indicador. Se a dimensão da realidade não se alterou, o indicador que a mede também não deve alterar-se;
- d) Grau de Cobertura. O indicador deve ter boa cobertura espacial ou populacional. Por exemplo, indicadores de mercado de trabalho construídos a partir de dados do Ministério do Trabalho não retratam integralmente essa realidade, pois referem-se apenas ao mercado de trabalho formal;
- e) Sensibilidade. É a capacidade de o indicador refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão social referida se alteram; é uma propriedade vinculada à validade e à confiabilidade do indicador. Por exemplo, a taxa de morbidade da doença X é indicador mais sensível do que a taxa de mortalidade pela doença X, quando se querem avaliar os efeitos de um programa de erradicação dessa doença;
- f) Especificidade. É a propriedade de refletir alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse. Essa propriedade é importante para os indicadores compostos (índices), como o IDH;
- g) Inteligibilidade. Está relacionada à transparência da metodologia de construção do indicador;

- h) Comunicabilidade. O indicador deve ser facilmente compreensível, comunicável aos demais;
- i) Periodicidade e factibilidade – O indicador deve ser atualizável com certa regularidade, e a obtenção dos dados que lhe dão origem deve ser factível, em termos de custo e tempo;
- j) Desagregabilidade. O indicador deve ser passível de desagregação a espaços geográficos reduzidos (municípios, por exemplo), grupos sociodemográficos (crianças, etc.) ou vulneráveis (desempregados, etc.);
- k) Historicidade. É a propriedade de se dispor de séries históricas extensas e comparáveis do indicador.

A mensuração do desenvolvimento de municípios no Brasil e os índices IDHM, IFDM e IPRS

Nahas et al. (2006) identificaram 46 sistemas de indicadores municipais criados no Brasil entre 1995 e 2004; são 7 que se referem a todos os municípios do país e 39 a municípios específicos. Esses sistemas são compostos por 816 indicadores (média de 17,7 indicadores por índice), que enfocam 25 temas, entre eles educação, saúde, renda, habitação, meio ambiente, pobreza.

Segundo esses autores, existem dois tipos de sistemas de indicadores:

- a) Intraurbanos, consolidados a partir de 1996, cujos indicadores são georreferenciados em sub-regiões no interior da cidade, e destinam-se à análise das condições de vida no interior de um município;
- b) Intermunicipais, que tomam os municípios como unidade espacial de cálculo dos indicadores, possibilitando comparação entre eles em uma determinada região, estado ou país. Sua criação tomou impulso no Brasil a partir de 1990, influenciada pelo surgimento do IDH.

Nahas (2003) descreve alguns índices intraurbanos criados para a mensuração de aspectos do desenvolvimento de grandes municípios no Brasil: Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV), de Curitiba, formulado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, desde 1987; Índice de Exclusão Social (Iex), para São Paulo (e posteriormente para Santo André e Piracicaba), derivado do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, uma metodologia criada pela PUC/SP em conjunto com outros órgãos e institutos, desde 1996; Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), desde 1996, e

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desde 1999, para Belo Horizonte, construídos pela Secretaria de Planejamento do município, em conjunto com a PUC/MG. Silva (2011) também descreve o Índice de Sustentabilidade para Blumenau (ISB), criado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente, órgão da Prefeitura, desde 1997.

Em 2009, a Rede Nossa São Paulo criou e passou a divulgar anualmente um conjunto de indicadores denominados IRBEM (Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município), que representa a qualidade de vida no município de São Paulo, divulgando também o nível de satisfação (subjetivo) da população com os itens escolhidos (INDICADORES DE REFERÊNCIA DE BEM-ESTAR NO MUNICÍPIO, 2016).

Já em relação a índices intermunicipais, criados por governos e órgãos de vários estados para comparar o desenvolvimento de seus municípios, podem-se citar: Índice de Condições de Vida (ICV), calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP) para os municípios de Minas Gerais, desde 1996 (e posteriormente para os de todo o Brasil), extinto e substituído pelo Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), desde 2000; Índice de Desenvolvimento Social (desde 1996) e Índice Social Municipal Ampliado (desde 1998), substituídos em 2003 pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), todos calculados pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE); Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), calculado pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM); Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), ligado à Secretaria do Planejamento e Gestão do Governo estadual, desde 1999; e Índice de Desenvolvimento Econômico e Índice de Desenvolvimento Social (IDE/IDS), dos municípios da Bahia, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Em 2013, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles, lançou o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), voltado às regiões metropolitanas brasileiras, que leva em conta cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos urbanos, e infraestrutura urbana. O Índice contempla uma análise intermunicipal que compara as condições de vida entre as metrópoles (IBEU Global) e uma intraurbana, que avalia as condições internas a cada uma delas, o IBEU Local (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

Além desses índices institucionais, tem havido no Brasil, por intermédio de pesquisadores, uma proliferação de índices de desenvolvimento intraurbanos e

intermunicipais (e também de índices aplicados a regiões e estados), dos quais se faz a seguir um breve levantamento.

Dentre os índices intraurbanos, Wiens (2007) elaborou um Índice de Qualidade Ambiental para o município de Curitiba, desmembrado por bairros, resultado da identificação de 20 indicadores sociais, ambientais e econômicos. Hamerschmidt (2008) criou um Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) para o município de Lapa (PR), composto por 30 indicadores, agregados nas dimensões: natureza, social, econômica e institucional. Silva (2011) criou um Índice de Qualidade de Vida e Ambiental Sustentável (IQVAS) para Formosa (GO), que pode ser decomposto nestas dimensões: ambiental, social, econômica, cultural e política.

Dentre os índices intermunicipais, Frei (2002) propôs um Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os municípios do Estado de São Paulo, baseado em 10 indicadores das áreas de saúde, educação, segurança e meio ambiente/saneamento. Mendonça (2008) construiu o Índice de Qualidade de Vida (IQV), para comparar os municípios da região Norte, com base em 16 indicadores socioeconômicos.

Mendes (2009) construiu o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) para os municípios de Mato Grosso, cujos 27 indicadores foram congregados em 6 grupos: Intensidade e Exploração da Terra; Escala, Pecuarização e Modernização da Pecuária; Desempenho na Agricultura e Desenvolvimento Econômico; Educação; Saúde e Previdência; Degradação Ambiental.

Stankiewicz (2010) criou o Índice de Pobreza e Meio Ambiente (IPMA), aplicado aos municípios do Paraná. Santos (2012) propôs um índice de desenvolvimento amplo municipal para retratar o padrão de desenvolvimento de 108 municípios paulistas considerados de alto desenvolvimento humano, considerando 30 indicadores nas dimensões econômica, social, ambiental, política e cultural.

Nalle Júnior (2014) construiu um Indicador de Desenvolvimento Municipal (IDM) para os municípios do Brasil, com base em 15 indicadores, divididos igualmente em cinco dimensões: aspectos ambientais, econômicos, educacionais, habitacionais e de saúde. Menezes e Possamai (2016) criaram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Urbano (IDHM-U), específico para as regiões metropolitanas brasileiras, a partir de uma combinação das dimensões do IDHM e do IBEU.

Este levantamento chama a atenção pela grande quantidade e variedade de indicadores a partir da qual são construídos os índices. Por exemplo, ao se somarem os

índices criados por Frei (2002), Mendonça (2008), Santos (2012) e Nalle Júnior (2014) – que elaboraram índices de desenvolvimento em um sentido geral, sem especificá-los como desenvolvimento sustentável, ambiental etc. – são utilizados 71 indicadores, que significa uma média de 17,7 indicadores por Índice; e poucos deles se repetem.

A partir de agora, apresentam-se as metodologias dos três principais índices que contemplam a mensuração do desenvolvimento dos municípios do Estado de São Paulo:

a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):

É elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), de periodicidade decenal, para todos os municípios do Brasil, desde 1970 (desde 1991, pela metodologia atual).

O IDHM considera as mesmas dimensões que o IDH dos países (renda, longevidade e educação), porém alguns indicadores utilizados são diferentes, pois são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (PNUD; IPEA; FJP, 2013). Os dados do IDHM são baseados nos Censos Demográficos e estão disponíveis para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (pela metodologia antiga) e 1991, 2000 e 2010 (metodologia atual). Os anos de 1991 e 2000 tiveram seus índices recalculados, iniciando-se nova série histórica (1991/2010), sem comparabilidade com a série 1970/2000.

Cada dimensão do IDHM é transformada em um subíndice, com escala de zero a um. O índice de cada município é a média geométrica desses três subíndices. Os municípios são classificados de acordo com as seguintes faixas: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499), baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799), e muito alto desenvolvimento humano (acima de 0,800).

O Quadro 1 mostra os indicadores utilizados para o cálculo do IDHM.

Quadro 1: Dimensões, variáveis e seus pesos para o cálculo do IDHM

Dimensões	Variáveis componentes	Peso da variável para a Dimensão (%)
RENDA	Renda mensal per capita (renda média dos residentes, extraída do questionário da amostra do Censo – salários, pensões, aposentadorias, transferências, etc.), em R\$ ago/2010	100

LONGEVIDADE	Esperança de vida ao nascer (número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade, no ano de referência, deve viver)	100
EDUCAÇÃO	Porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo	33,33
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola;	66,66
	Porcentagem de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) ou que já concluíram o Fundamental;	
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo;	
Porcentagem de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo.		

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

b) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM):

É elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, com periodicidade anual, para todos os municípios do Brasil, desde 2000 (desde 2005, pela metodologia atual).

O IFDM considera as dimensões Emprego&Renda, Educação e Saúde, cada uma delas com o mesmo peso no cálculo final. Para o cálculo, são utilizadas estatísticas oficiais dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho e Emprego. Existem índices disponíveis para o período de 2000-2010 (exceção entre 2001 e 2004), pela metodologia antiga, e a partir de 2005 pela metodologia atual (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016).

Assim como o IDHM, o IFDM varia entre 0 e 1 e segue a seguinte classificação: municípios com IFDM abaixo de 0,4 mantêm baixo desenvolvimento; municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 têm desenvolvimento regular; municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 têm desenvolvimento moderado; e municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 detêm alto desenvolvimento.

O Quadro 2 detalha os indicadores do IFDM.

Quadro 2: Dimensões, variáveis e seus pesos para o cálculo do IFDM

Dimensões	Variáveis componentes	Detalhamento das variáveis	Peso para a Dimensão (%)
EMPREGO & RENDA	Emprego	Crescimento do emprego formal no ano	10
		Crescimento do emprego formal no triênio	10
		Formalização do mercado de trabalho local	30
	Renda	Crescimento da renda média no ano	10
		Crescimento da renda média no triênio	10
		Massa salarial	15
		Gini da renda	15
EDUCAÇÃO	Ensino Infantil	Atendimento Educação Infantil (número de matrículas em creches e pré-escolas registradas, comparativamente ao número de crianças de 0 a 5 anos)	20
	Ensino Fundamental	Taxa de Distorção Idade-Série	10
		Percentual de Docentes com Curso Superior	15
		Número Médio Diário de Horas-Aula	15
		Taxa de Abandono Escolar	15
		Resultado Médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	25
SAÚDE	Atenção Básica	Percentual de gestantes com mais de 6 consultas pré-natal por nascido vivo	25
		Taxa de óbitos por causas mal definidas	25
		Taxa de óbito de menores de 5 anos por causas evitáveis	25
		Internações evitáveis por Atenção Básica	25

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2016).

c) Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS):

É elaborado pela Fundação Seade, de periodicidade bienal, para todos os municípios de São Paulo, desde 1992 (desde 2008, pela metodologia atual):

O IPRS também acompanha o paradigma do desenvolvimento humano. Apesar de preservar as três dimensões da família do IDH (riqueza, longevidade e educação), inclui variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida dos municípios em períodos mais curtos do que os dez anos que separam os Censos Demográficos, fonte de informações do IDHM (FUNDAÇÃO SEADE, 2016a; TORRES et al., 2003).

Existem IPRS para os anos de 1992, 1997, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012. Com uma mudança de metodologia no índice de 2002, o índice de 2000 também foi refeito, para que fosse possível uma comparação entre 2000 e 2002; mas perdeu-se a comparabilidade com 1992 e 1997. Nos índices de 2006 e 2008, houve pequenas alterações metodológicas, mas que ainda permitiam a comparabilidade da nova série histórica, iniciada em 2000.

Porém, o IPRS de 2010 trouxe alterações significativas nas variáveis componentes das dimensões, a fim de incorporar o índice às mudanças nas condições de vida da população paulista ao longo da década de 2000 e às novas fontes de informações existentes em nível municipal. Por isso, foi também refeito o IPRS para 2008, visando à sua comparação com 2010, iniciando-se assim nova série histórica a partir de 2008.

Na dimensão riqueza municipal, em vez de considerar a renda municipal per capita (do IDHM), uma variável de resultado que reflete investimentos passados, o IPRS capta, além da renda familiar, também a riqueza municipal, por meio dos indicadores de consumo de energia elétrica e do valor adicionado fiscal per capita. Na dimensão longevidade, não é utilizada a esperança de vida ao nascer, pois ela carrega forte componente inercial, tornando-a pouco sensível a variações conjunturais de curto prazo, e incapaz de revelar as particularidades da mortalidade em diferentes regiões, razão pela qual são utilizados quatro indicadores relacionados à mortalidade. Na dimensão escolaridade, consideram-se variáveis que captam a oferta, o rendimento e o atraso escolar da educação básica.

Para cada dimensão do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que são expressos em escala de 0 a 100, e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas em cada tema (FUNDAÇÃO SEADE, 2016a).

O Quadro 3 detalha as variáveis que compõem as três dimensões do IPRS.

Quadro 3: Dimensões, variáveis e seus pesos para o cálculo do IPRS

Dimensões	Variáveis componentes	Peso para a Dimensão (%)
RIQUEZA MUNICIPAL	Consumo residencial de energia elétrica, por ligação	25
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, por ligação	25
	Valor adicionado fiscal per capita	25
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25
LONGEVIDADE	Taxa de mortalidade perinatal (óbitos de menores de 6 dias e natimortos em relação ao total de nascidos vivos)	30
	Taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de 1 ano em relação ao total de nascidos vivos)	30
	Taxa de mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	20
	Taxa de mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos	20
ESCOLARIDADE	Média da proporção de alunos do 5º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática	31
	Média da proporção de alunos do 9º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível adequado nas provas de português e matemática	31
	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19
	Taxa de distorção idade-série no ensino médio	19

Fonte: Fundação Seade (2016a).

A combinação das três dimensões origina uma classificação dos municípios paulistas em cinco grupos, com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade.

Assim, não existe um ordenamento (ou ranking) dos municípios por um índice agregado (contemplando as três dimensões), como ocorre no IDHM e no IFDM. Os municípios são simplesmente classificados dentro de cada um dos cinco grupos. O seu ordenamento ocorre apenas dentro de cada uma das três dimensões. Em outras palavras, o

IPRS mostra em qual grupo determinado município se encontra e qual a sua pontuação (e consequentemente sua posição em relação ao demais municípios) em cada dimensão.

O Quadro 4 apresenta os critérios de formação de cada um dos grupos.

Quadro 4: Critérios de formação dos grupos de municípios do IPRS

Grupos	Categorias	Descrição dos grupos
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	Municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	Municípios com bons níveis de riqueza que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados para os municípios do Grupo 1
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	Municípios com baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade

Fonte: Fundação Seade (2016a).

O IPRS é um indicador relativo, ou seja, os parâmetros de cada dimensão (valores mínimos na escala que levam um município a ser enquadrado em determinado grupo) são estabelecidos segundo a realidade dos municípios *no ano* em análise; portanto, podem-se alterar a cada ano. Por exemplo, o escore mínimo para um município ser classificado como de alta riqueza era de 37, em 2008, passou para 40, em 2010, e para 41, em 2012. Assim, municípios que aumentaram seus escores em determinadas dimensões, de um ano para outro, não necessariamente avançaram; podem até cair na classificação (alta, média e baixa), pois o parâmetro mínimo pode ter-se elevado. Isso também impossibilita uma comparação da evolução, ano a ano, das dimensões de um mesmo município (FUNDAÇÃO SEADE, 2016a).

Veiga (2010) considera o IPRS um índice de terceira geração, superior ao PIB per capita (de primeira geração) e ao IDH (de segunda geração); no entanto, é inferior a alguns índices de quarta geração que estavam sendo criados no Brasil (e que não tiveram continuidade); por exemplo, o DNA-Brasil, que foi divulgado entre 2004 e 2006 e utilizava mais dimensões, como competitividade econômica, condições socioambientais e coesão social.

Considerações Finais: virtudes e limitações dos índices de desenvolvimento dos municípios paulistas

Não existe um indicador que retrate com exatidão o desenvolvimento, qualquer que seja a concepção ou o paradigma subjacente a este fenômeno, e qualquer que seja a escala territorial, dado que o próprio conceito de desenvolvimento também não é exato.

O IDH, o índice mais utilizado atualmente, já foi questionado em sua própria origem, por um de seus criadores. Amartya Sen, para quem o desenvolvimento significa a expansão das capacidades e liberdades, inicialmente não acreditava que um indicador sintético pudesse captar a complexidade deste fenômeno. Mas acabou sendo convencido pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq, idealizador do índice, sob o argumento de que, apesar da precariedade de qualquer indicador sintético, as pessoas precisam de uma medida simples a fim de se suplantar a tirania da renda per capita (VEIGA, 2010).

A seguir, pontuam-se as qualidades e limitações dos três principais índices de desenvolvimento dos municípios paulistas apresentados neste trabalho, iniciando-se pelo IDHM:

- a) Os dados que dão origem ao IDHM são mais precários do que os que dão origem a índices similares, como o IPRS. Por exemplo, Veiga (2010, p. 95, 97) questiona as “duvidosas expansões de amostras” dos dados censitários, a partir das quais é determinada a esperança de vida ao nascer; e também as “grosseiras estimativas de renda per cápita” para determinar a riqueza municipal;
- b) A Renda Mensal per capita é uma média que não retrata a forma como a riqueza econômica está distribuída pela sociedade, isto é, não leva em conta a desigualdade (JANNUZZI, 2004);
- c) O IDHM, por ser o resultado de uma média de três indicadores, pode fazer com que o excelente desempenho de uma ou de duas dimensões resulte em um alto índice, mascarando um péssimo desempenho de outra dimensão. Sobre isso, Veiga (2010, p. 88) afirma que:

[...] é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. Ao contrário, é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade.

Cabe lembrar que a metodologia atual do IDHM já substituiu a média aritmética pela geométrica, abrandando essa fragilidade, mas não a eliminando.

Jannuzzi (2004) já havia alertado para o risco de que a combinação de indicadores diferentes em um só índice não necessariamente produzirá uma medida de maior validade, confiabilidade, sensibilidade e especificidade, pois sua suposta simplicidade pode levar a uma perda crescente de proximidade entre conceito e medida. Segundo ele, pode ser preferível utilizar-se de um indicador simples, “sabidamente limitado, mas do qual se pode intuir claramente seu significado, do que uma medida composta, com significado abstrato demais para ter pronta e clara identificação empírica com a realidade social” (JANNUZZI, 2004, p. 29).

d) O IDHM não incorpora determinadas dimensões do desenvolvimento, como desigualdade, pobreza, meio ambiente, cultura, atuação cívica etc. Por exemplo, Orsi (2009), ao cruzar indicadores ambientais – como Pegada Ecológica, para países, e Índice de Avaliação Ambiental (IAA), para municípios – com o IDH e o IDHM, concluiu que estes são deficientes no que diz respeito à sustentabilidade ambiental.

e) O IDHM, apesar de ser o índice que abrange o período de tempo mais extenso (desde 1970), sofre com a falta de historicidade, que foi interrompida pela introdução da nova metodologia em 2010, fazendo a nova série histórica iniciar-se em 1991;

f) O IDHM também sofre com a falta de periodicidade, pois, como os dados que lhe dão origem estão baseados no Censos Demográficos, ele só pode ser calculado a cada 10 anos;

g) A divulgação do IDHM em forma de ranking induz a uma equivocada comparação entre municípios totalmente díspares em tamanho, em localização geográfica e em hierarquia territorial, como se, segundo Veiga (2010), o processo de desenvolvimento fosse um turfe;

O IFDM conserva, de modo geral, as mesmas críticas feitas ao IDHM, relacionadas a não considerar algumas dimensões do desenvolvimento, mascarar o desempenho ruim de uma dimensão com o desempenho bom de outra e colocar dentro de um mesmo ranking municípios totalmente distintos.

Por outro lado, o IFDM tem duas vantagens em relação ao IDHM, que são sua periodicidade anual, embora também tenha iniciado nova série em 2005, e a inclusão de um indicador de desigualdade de renda (Gini da renda), embora com peso de apenas 15% dentro da dimensão Emprego&Renda.

É relevante mencionar que alguns indicadores que compõem o IFDM são bastante sensíveis a variações econômicas de curto prazo. Por exemplo, a dimensão Emprego & Renda leva em conta o crescimento do emprego e da renda, no ano e no triênio, bem como a formalização do mercado de trabalho. Com isso, municípios que passam por oscilações no seu emprego formal, causadas por alguma crise conjuntural, sofrem grande volatilidade em suas posições no IFDM, de um ano para outro.

Por exemplo, em 2005, o desenvolvimento de Ribeirão Preto na dimensão Emprego & Renda era moderado (0,7191); em 2006, tornou-se alto (0,8012); em 2007 e 2008, voltou a ser moderado (0,7440 e 0,7632); em 2009 e 2010, voltou a ser alto (0,8322 e 0,8197); em 2011, passou novamente a moderado (0,7715), em 2012, voltou a ser alto (0,8118) e, em 2013, voltou novamente a moderado (0,7892). Estas mudanças se refletiram no resultado do índice do município. Embora Ribeirão Preto seja classificado como de alto desenvolvimento em todo esse período, no ranking paulista do IFDM o município foi o 23º mais desenvolvido em 2008, subiu para 4º em 2009, passou para 8º em 2010, voltou para 23º em 2011, subiu para 12º em 2012 e caiu para 18º em 2013.

Outro município que ilustra esse argumento é Bebedouro, que sofreu, nos últimos anos, crises em sua principal atividade econômica (complexo agroindustrial citrícola), com repercussões no nível de emprego. Por isso, em 2009, Bebedouro era o 21º município no ranking paulista do IFDM; em 2010, caiu para 76º; em 2011, saltou para 24º, em 2012, passou para 8º, e, em 2013, caiu para 33º.

O IPRS, a exemplo do IDHM e do IFDM, também guarda a limitação de não considerar algumas dimensões do desenvolvimento: desigualdade, pobreza, meio ambiente etc. É o índice que mais sofre com a falta de historicidade, uma vez que mudanças em sua metodologia provocaram, por duas vezes, a perda de sua comparabilidade: 1992-1997 e 2000-2006, iniciando-se uma nova série em 2008.

Mas, o IPRS mantém duas qualidades importantes:

- a) Os municípios não são ranqueados por uma média final, mas classificados em grupos qualitativamente distintos, em função de seu desempenho em cada dimensão, analisada separadamente;
- b) Considera indicadores mais sofisticados e atualizáveis para comporem as três dimensões, conforme afirma Veiga (2010). Dessa forma, o IPRS teria maior validade, confiabilidade e sensibilidade na mensuração do desenvolvimento.

Tanto a pesquisa de Nahas et al. (2006) quanto o levantamento feito neste artigo, acerca de alguns trabalhos que criaram índices de desenvolvimento para municípios, mostram a grande quantidade e diversidade dos indicadores que compõem esses índices. Pode-se afirmar que cada autor que objetivou criar um índice de desenvolvimento, invariavelmente elaborou um índice exclusivo, único. Ou seja, existirão tantos índices de desenvolvimento quantos forem os pesquisadores de índices de desenvolvimento.

Assim sendo, considera-se que qualquer esforço para a construção de um índice de desenvolvimento municipal, não se suplantará a limitação inerente a esse tipo de índice, qual seja a subjetividade (arbitrariedade?) na escolha dos seus indicadores (e de seus pesos no cálculo), derivada da própria dificuldade de se medir um fenômeno multidimensional como o desenvolvimento.

Posto isso, havendo a intenção da utilização de um índice (sintético) de desenvolvimento municipal, conclui-se que, apesar de suas imperfeições, o IDHM, o IFDM e o IPRS, que contemplam as mesmas dimensões-chave da qualidade de vida (riqueza, educação e saúde), são as melhores medidas possíveis do desenvolvimento dos municípios do Estado de São Paulo, sob a ótica do desenvolvimento humano.

Dadas as diferentes metodologias e periodicidades de cada um deles, não são índices substituíveis entre si, mas complementares; portanto, se considerados e interpretados conjuntamente, podem cumprir o papel de sintetizar a evolução e a situação do desenvolvimento dos municípios paulistas.

Referências

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cursos recomendados/reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 04 out. 2016.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FREI, Fernando. **Índice de Desenvolvimento Municipal-IDM**: uma alternativa para mensuração do desenvolvimento humano nos municípios do Estado de São Paulo. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

FUNDAÇÃO SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social-IPRS: versão 2014. 2016a. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/iprs/metodologia.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social-IPVS: versão 2010. 2016b. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

HAMERSCHMIDT, Adriano. **Índice de sustentabilidade do município de Lapa, Paraná, calculado com base no método dashboard of sustainability**. 2008. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) Centro Universitário Franciscano do Paraná, Curitiba, PR, 2008.

INDICADORES DE REFERÊNCIA DE BEM-ESTAR NO MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem>>. Acesso em: 4 out. 2016.

INDICATORS of sustainable development: guidelines and methodologies. 3rd ed. New York: United Nations, 2007. Disponível em:

<<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/guidelines.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**, Rio de Janeiro 36(1):51-72, Jan./Fev. 2002.

_____. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

LATOUCHE, Serge. Padrão de vida. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

MENDES, Marcela Pereira. **Índice de desenvolvimento rural**: um estudo sobre os municípios de Mato Grosso. 2009. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2009.

MENDONÇA, Marcos dos Santos. **Índice de qualidade de vida nos municípios da Região Norte**: uma alternativa ao índice de desenvolvimento humano. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2008.

MENEZES, Daiane Boelhouver; POSSAMAI, Ana Júlia. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 73-84, 2016.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: discussão teórico-metodológica. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003. Disponível em: <http://ead01.virtual.pucminas.br/idhs/01_idhs/pdfs/nahas1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa et al. Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil: experiências e metodologias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_529.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

NALLE JÚNIOR, Claudionei. **Indicador de Desenvolvimento Municipal (IDM)**: uma proposta de caracterização dos municípios brasileiros. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2014.

NOBRE, M; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

ORSI, Rafael Alves. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade**: o que o IDH e o IDHM podem nos mostrar? 2009. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2009.

PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 18 out. 2016.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Orgs.). *IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Gabriela Gil de Souza. **Proposta de um índice de desenvolvimento amplo municipal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Antonio Sergio da. **Espaço urbano, desigualdade e indicadores de dimensões da sustentabilidade: análise de Formosa-GO**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2011.

STANKIEWICZ, Adriana. **Pobreza e meio ambiente no Estado do Paraná: uma análise municipal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2010.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/dossiers_web/stiglitz/doc-commission/RAPPORT_anglais.pdf>. Acesso em: 4 out. 2016.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, vol.17, n. 3-4, p. 80-90, Jul/Dez, 2003.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 1990**. Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/>>. Acesso em: 4 out. 2016.

URA, Karma et al. **An extensive analysis of GNH Index**. Thimphu, Bhutan: Centre for Bhutan Studies, 2012. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2012/10/An%20Extensive%20Analysis%20of%20GNH%20Index.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2016.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

VEENHOVEN, Ruut. The four qualities of life. **Journal of happiness Studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 421-435, out./dez. 2009.

VIDIGAL, Cláudia Bueno Rocha. **Índice de bem-estar econômico: uma proposta para os estados brasileiros**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

VITTE, C. C. S. et al. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: KEINERT, T.; KARRUZ, A. P. (Orgs.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

WIENS, Simone. **Índice de qualidade do ambiente sustentável para os bairros de Curitiba**. 2007. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) Centro Universitário Franciscano, Curitiba, PR, 2007.

Submetido em: novembro de 2016.

Aceito em: abril de 2019.